

Afinal, o que estamos discutindo nas eleições municipais de 2024?

» CREOMAR LIMA CARVALHO DE SOUZA

Historiador, mestre em relações internacionais e CEO da Dharma Political Risk and Strategy

As eleições municipais costumam ser um momento de aferição de tendências que, processadas pelas máquinas partidárias, orientam a definição das listas de candidatos e estratégias para a corrida eleitoral ao Congresso Nacional. Além disso, ajudam a moldar os discursos para postos majoritários de governadores e presidente da República, antecipando elementos que devem integrar a estratégia de alinhamentos e acordos partidários.

Este ano, há um novo fator a ser considerado. Além da consolidação de três grandes forças — lulopetismo, bolsonarismo e aquilo que nos acostumamos a chamar de centrão —, o efeito Pablo Marçal surge como novidade que transforma olhares e parece ter impacto em várias corridas eleitorais ao redor do país.

Neste exato momento, pouco importa se o candidato que, em algum sentido, rivaliza com o próprio Bolsonaro em torno das preferências eleitorais à direita será ou não vencedor da eleição na capital paulista. De certa forma, já conseguiu mudar a equação, ainda que em sentido deletério à civilidade e à política como espaço de deliberação democrática. A sua atuação, que vai de ofensas pessoais a físicas, serve simbolicamente para demonstrar uma encruzilhada da política e do próprio debate público nacional.

Para colocar em uma fórmula sintética, a encruzilhada se expressa na seguinte questão: afinal, para que servem as eleições municipais? A resposta objetiva do ponto de vista jurídico é a de que este momento serve para a definição dos gestores municipais, que, supostamente, devem aportar soluções para as nossas cidades. No entanto, quando nos debruçamos sobre os humores do eleitorado, a resposta corre o risco de ser distinta e com duas importantes implicações práticas.

A primeira, mais complexa do ponto de vista de economia de atenção, é a disposição das mídias, seus profissionais e analistas em todo o país de focarem a maior parte do seu tempo e atenção na eleição em São Paulo, em detrimento daquilo que acontece nas demais cidades.



Tal constatação, surgida de um diálogo com um motorista em uma capital do sul do Brasil, gerou alarme: “Se fala tanto de Marçal que parece que ele é o candidato a prefeito daqui”.

Esse movimento atesta a capacidade do candidato de capturar atenções nacionalmente, mas gera a externalidade negativa do empobrecimento da reflexão sobre o debate em âmbito local. Parece claro e urgente a necessidade de compreender que o efeito gravitacional da discussão em São Paulo atende a muitos atores e vende notícia, mas ignora as necessidades de aprofundamento do debate público naquele que é o nascedouro da democracia, o município.

A segunda implicação, decorrência lógica da primeira, é a emulação de estratégias, ações e comportamentos eleitorais que, inspirados pelo sucesso midiático de figuras antissistêmicas, deixam de lado a discussão de propostas para a cidade e passam a discutir temas etéreos ou prosaicos, quando não descambam para o surreal. Tais discussões, simbolizadas pela hipótese falseável de que há uma guerra entre brasileiros e que esta é a definidora do nosso futuro, servem efetivamente para transformar as eleições em campo de batalha. Essas são discussões alimentadas por uma polarização persistente, ao mesmo tempo em que torna

os cidadãos/eleitores cada vez mais reféns de uma agenda nociva ao bem público.

É preciso, portanto, que os cidadãos e as forças vivas da sociedade encontrem maneiras de colocar em marcha uma nova lógica política. Deve ser uma lógica capaz de compreender efetivamente a importância dos municípios como nascedouro de soluções para os problemas que afetam a coletividade. Isso ajudaria a valorizar a política local, ajudando a tornar evidente que não há atores políticos mais importantes e necessários para a melhoria da qualidade da política do que vereadores e prefeitos.

Se houver uma consciência mais apurada dessa importância, talvez seja possível um novo alvorecer da democracia brasileira, não mais baseada em enfrentamento e descrições pobres da realidade, mas, sobretudo, na ideia de que a compreensão real da cidadania e seu exercício são o único meio eficaz de recolocar os políticos na função de verdadeiros servidores públicos. O risco da reprodução da encruzilhada acima descrita é de um ciclo que se repete, cuja deterioração que o fenômeno Marçal tão bem simboliza é o aprofundamento de problemas reais que afetam a qualidade de vida e que, não enfrentados em nível local, jamais serão efetivamente resolvidos nacionalmente. A perda da cidade é a perda da cidadania.

Ataques no Líbano levantam debate sobre crimes internacionais

» MARCO AURELIO MOURA DOS SANTOS

Doutor em direito internacional e comparado (USP), professor de direito e pesquisador do Grupo de Estudos sobre Proteção Internacional das Minorias (GEPIM/USP)

Recentemente, o Líbano foi abalado por ataques quase simultâneos que deixaram feridos e mortos. A série de explosões de paggers e walkie-talkies de membros do Hezbollah matou 37 pessoas e deixou mais de 3 mil feridos, segundo o Ministério da Saúde libanês. O governo informou à ONU que explosivos foram implantados nos aparelhos usados pelo grupo armado antes de chegarem ao Líbano. Esses dispositivos, sem GPS e usados para evitar rastreamento israelense, explodiram atingindo também civis.

A investigação libanesa corrobora informações divulgadas pelo *The New York Times* que apontam que Israel teria vendido os aparelhos ao Hezbollah por meio de uma empresa de fachada, em uma operação secreta conduzida pelo Mossad e a Unidade 8200. Hassan Nasrallah, líder do Hezbollah, disse que o grupo tinha mais de 4 mil desses dispositivos, mas nenhum deles era usado pela alta liderança.

Se confirmada, a acusação sugere o envolvimento direto de Israel em uma ação que pode ser classificada como crime de guerra e contra a humanidade, já que os ataques chegaram a civis e causaram mortes indiscriminadas com uso de armas proscribas. A natureza dos eventos levanta preocupações sobre violações ao direito internacional humanitário, que regulamenta o uso da força em conflitos armados e a proteção da vida humana.

A gravidade dos ataques não se limita à dimensão física da destruição. Para o direito

internacional, o uso de explosivos em dispositivos de comunicação de um grupo armado, resultando em ataques generalizados contra a população civil, pode ser enquadrado como crime contra a humanidade. Em contexto de conflito armado, se for comprovado que os ataques visaram a população civil, ou que os danos causados foram desproporcionais ao objetivo militar, agentes israelenses podem ser acusados também por crimes de guerra. A tipificação das condutas está descrita nos artigos 7º e 8º do Estatuto de Roma, tratado que rege os crimes internacionais e a jurisdição do Tribunal Penal Internacional (TPI).

Outra preocupação é a possível utilização de armas químicas. Embora não haja informações conclusivas até o momento, a forma e a escala dos danos levantam suspeitas sobre a natureza dos explosivos usados. A Convenção de Armas Químicas, assinada em 1993 e ratificada por mais de 190 países, proíbe categoricamente o uso de qualquer tipo de agente químico em conflitos armados devido aos efeitos devastadores sobre civis e combatentes.

Caso sejam confirmadas as suspeitas de uso de substâncias químicas ou de agentes tóxicos nos explosivos, isso representaria clara violação da legislação internacional. As Nações Unidas e organizações de direito humanos têm alertado constantemente sobre o aumento do uso de armas químicas em conflitos, o que torna o caso mais alarmante. Os recentes ataques no Líbano geraram indignação internacional, com diversos países e organizações internacionais

pedindo investigações imediatas.

Se as acusações contra Israel forem confirmadas, haverá pressão para julgamento dos responsáveis no Tribunal Penal Internacional (TPI), que tem jurisdição sobre crimes internacionais. Entretanto, nem Israel ou Líbano são signatários do Estatuto de Roma, o que pode dificultar a responsabilização formal, a menos que o Conselho de Segurança da ONU intervenha.

Por outro lado, o Hezbollah também enfrenta escrutínio, já que seu uso de dispositivos de comunicação militar e a possível presença de civis nessas áreas levantam questões sobre a proteção humana em zonas de conflito. Há temores de que os ataques possam ser o início de uma nova escalada de violência na já frágil estabilidade da região.

Os recentes ataques no Líbano não se limitam a tragédias humanitárias, eles constituem uma violação grave ao direito internacional. A realização de uma investigação imparcial e a responsabilização dos envolvidos são imperativas para interromper o ciclo de violência que continua a devastar o Oriente Médio e preservar a integridade das normas internacionais que regem os conflitos.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circacunha.df@dabr.com.br

Um tempo para ser feliz

Uma das consequências observáveis da evolução humana ao longo da história dessa espécie é que, quanto mais as características do Homo sapiens iam se moldando, mais e mais era prolongada a fase infantil. O prolongamento da fase infantil, em que o ser humano passa a tomar contato com o mundo à sua volta, é um fator por excelência a permitir a evolução de toda a sua estrutura cognitiva, social e emocional.

Hoje, já se sabe que a infância desempenha um papel fundamental para a saúde humana e pode determinar todo o futuro de um indivíduo. Povos que outrora, e ainda hoje, experimentam uma fase infantil longa e adequada são também os que aparecem entre os mais bem-sucedidos e realizados da nossa espécie. Não é por outra razão que, entre os indivíduos considerados mais felizes e realizados, estão justamente aqueles que experimentaram uma longa e saudável fase infantil. Também não é por acaso que muitos governos, na atualidade, devotam seus esforços para garantir políticas públicas que protejam e estimulem a população infantil a desfrutar, sem percalços, dessa importante fase.

Não chega a ser exagero também afirmar que a infância é uma das principais etapas da vida humana. Qualquer problema mais grave nessa fase irá acarretar consequências graves para o futuro. Muitas vezes, irreversíveis. Infelizmente, o mundo moderno e urbano, cada vez mais desligado das coisas simples e da natureza, parece caminhar no sentido oposto, obrigando as crianças a se submeterem a jornadas de tarefas que começam logo ao amanhecer e se prolongam até a noite.

Nessas rotinas, as atividades lúdicas ficam restritas ao mundo virtual dos computadores. Para os menos favorecidos, a infância termina bem cedo. É possível ver em nossas cidades, crianças de todas as idades trabalhando nas mais diversas atividades. Não importa aqui se rica ou pobre, o fato é que submeter as crianças a tarefas estressantes, reduzindo ou simplesmente acabando com a natural fase infantil, é o caminho mais curto para gerarmos adultos estressados, deprimidos e com aptidões tolhidas.

Segundo o Unicef, estudos científicos têm demonstrado que as primeiras experiências vividas na infância, bem como intervenções e serviços de qualidade ofertados nesse período, estabelecem a base do desenvolvimento humano. “A neurociência comprova que o cérebro da criança pequena tem uma grande plasticidade — ou seja, está sempre aprendendo e é sensível a modificações, particularmente nos primeiros mil dias, desde a concepção até os 2 anos de idade. Nesse período, o desenvolvimento cerebral ocorre em uma velocidade incrível: as células cerebrais podem fazer até 1 milhão de novas conexões neuronais a cada segundo — uma velocidade única na vida.

Para os que buscamos causas dos fenômenos sociais, como a criminalidade, os pesquisadores já demonstraram que uma infância sadia é fator importante para afastar os indivíduos da violência e dos crimes. Dizem, com muita propriedade, que a infância saudável é a única fase na vida de um indivíduo em que ele experimenta a verdadeira felicidade. Outros dizem que a felicidade, o objeto mais insanamente perseguido pelos seres humanos, nada mais é do que resquícios ou lembranças fugáveis da infância.

Houve um tempo em que se acreditava que rico era aquele indivíduo que tinha o tesouro do tempo. Hoje, começamos a suspeitar que esse tesouro, muitos de nós, abandonamos ao lado de uma estrada florida que nos ligava à infância. De fato, em nossa infância, o tempo parecia andar de mãos dadas conosco e não tinha pressa em se evadir. Os dias eram longos, e as noites mais ainda. Esse era o tesouro que tínhamos sem saber e que, para muitos de nós, ainda é precioso como pedra rara.

»A frase que foi pronunciada:

“Brincar é frequentemente falado como se fosse um alívio do aprendizado sério. Mas, para as crianças, brincar é aprendizado sério. Brincar é realmente o trabalho da infância.”

Fred Rogers

Livro de cabeceira

» Aclamada pela crítica desde os primeiros passos no palco, a pianista Magdalena Tagliaferro deixa um livro de memórias intitulado *Quase tudo...*. Escreveu-o em francês, e a obra foi traduzida para o português pela pianista e tradutora Maria Lúcia Pinho. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1979.

»História de Brasília

Nesta época do ano, há uma onda de resfriado na cidade. Nos adultos, provoca rouquidão, e, nas crianças, dificuldade de respiração. A Secretaria de Higiene informa que não há sinal para alarme. Basta manter a criança no banheiro durante uma hora, com as torneiras de água quente abertas, para provocar maior umidade no ambiente. (Publicada em 18/4/1962)